




Apresentação

NUNO ESTÊVÃO FERREIRA



Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa (UCP-CEHR), Portugal

 <https://orcid.org/0000-0002-0468-2745>
neferreira@ucp.pt

Centrados em objetos historiográficos distintos no tempo e no espaço, os sete textos reunidos no presente dossiê expressam bem a multiplicidade de problemas colocados pela relação entre religião e modernidade. Situado sobretudo entre os séculos XIX e XX, os sucessivos artigos percorrem as formas pelas quais o catolicismo e o protestantismo se situaram perante impérios coloniais, regimes liberais, sistemas autoritários, ideários socialistas e processos de transição para a democracia. A observação analítica dos diferentes autores incide em contextos como Portugal, Grã-Bretanha, Itália, Holanda ou Índia, incluindo as interações que entre eles se verificaram, fornecendo ainda uma vasta agenda de tópicos de debate sobre o religioso e os programas culturais e políticos da modernidade.

Ao longo do dossiê é patentado como o religioso é local privilegiado para a observação de reconfigurações institucionais e de papéis sociais, mesmo com a persistência de práticas e a continuidade de estratégias desde o Antigo Regime. Tardios, alguns dos efeitos da Reforma num espaço dominado pelo catolicismo permitem a discussão sobre a educação, a alfabetização, o conhecimento ou a literacia, enquanto a emergência da juventude é acompanhada pela difusão de ideários sociais e amplos programas moralizadores.

A emergência das ditaduras no período de entre-guerras e a gestão dos impérios coloniais são espaços privilegiados para problematizar a autonomização e a delimitação dos espaços de atuação dos poderes públicos e das instâncias religiosas. Os debates que atravessaram os partidos de matriz religiosa, tanto católicos como protestantes, já durante a guerra iniciada em 1939, sob o espectro da ocupação totalitária e tendo por contraponto a neutralidade de um regime corporativo da Europa

do sul, são pontos de partida para tópicos centrais do programa da modernidade. O mesmo se diga, e no mesmo período, mas na Europa do sul, sobre as justificações e apropriações políticas de trabalhos de cariz científico.

Com origem na América Latina e na génese da terceira vaga de democratização, a adoção por grupos de católicos na Europa de uma matriz ideológica assente na luta de classes e da via revolucionária para a construção da sociedade socialista remete para o problema da legitimação e da heterogeneidade dos universos religiosos. Elementos políticos e religiosos articulam-se nos processos de construção identitária, conflituando, por vezes, no plano da atribuição da primazia a um ou a outro.

Esta diversidade de tópicos e as suas características são tipicamente modernas. O programa cultural da modernidade assenta na assunção de que a legitimação das ordens política, social e cultural não é adquirida, mas construída por atos conscientes e racionais e emancipada de autoridades ou tradições externas. Como dimensões estruturais da modernidade, a diferenciação entre aquelas ordens, apesar das suas conexões, e a emergência de novos modelos institucionais, autónomos e com lógicas de governação próprias. A crescente secularização, a relação entre as periferias e os centros culturais e políticos, os sistemas de acesso a estes últimos e a participação na definição e reformulação de padrões institucionais constituem características centrais, assim como a emergência de movimentos de protesto e de instrumentos de pressão¹.

O trabalho de António Magalhães coloca o problema da relação entre os programas assistenciais e as práticas religiosas das confrarias seculares. A Misericórdia de Viana do Castelo é o cenário do conflito entre dirigentes e clérigos. No plano das práticas religiosas, verifica-se uma continuidade entre o Antigo Regime e a emergência do liberalismo, com somente algumas variações que resultam de estrangimentos financeiros. Contudo, as persistências na estratégia dos dirigentes são conjugadas pela concorrência entre diferentes papéis sociais e pela articulação com outras instituições locais, com territórios de atuação claramente demarcados.

O estudo de Rita Mendonça Leite é centrado no plano de divulgação dos textos bíblicos em língua portuguesa que foi desenvolvido pela Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira. Um amplo projeto educativo, com base na promoção da literacia e do conhecimento, é combinado com um vasto programa moralizador e de valorização das dinâmicas juvenis. É igualmente conjugada uma ambição de dimensão global com as especificidades do caso português, como fossem as muito elevadas taxas de analfabetismo, a escassez de infraestruturas e o profundo desconhecimento da bíblia por parte da generalidade da população. O desenho

1 Cf. S. N. Eisenstadt – *A Dinâmica das Civilizações. Tradição e Modernidade*. Lisboa: Cosmos, 1991; S. N. Eisenstadt – *Múltiplas Modernidades. Ensaios*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007; S. N. Eisenstadt – *As Grandes Revoluções e as Civilizações da Modernidade*. Lisboa: Edições 70, 2011.

e a implementação de um plano de ação permite articular, em cooperação com organizações juvenis, elementos como educação e moralização com a construção de um universo literário e teológico. As intervenções governamentais e romana nas nomeações episcopais durante o regime liberal português constituem o pano de fundo do trabalho de Adélio Fernando Abreu. Em face de entendimentos díspares entre o Estado e a Santa Sé quanto aos perfis dos prelados, alguns desfechos consistiram em longas vacâncias. Sem titular durante quase década de meia, a diocese do Algarve justificou intensas negociações entre a defesa dos ideais liberais, de um lado, e da obediência romana conjugada com simpatias legitimistas, de outro.

Situando-se nos primórdios da ditadura que vigorou em Portugal entre 1926 e 1974 e incidido sobre o direito de Padroado nas colónias da Índia, Omar Viganò também adota como pano de fundo a relação entre a Igreja e o Estado. O seu trabalho remete para a crise do Estado liberal e para a emergência dos regimes ditatoriais na Europa de entre guerras, assim como para as reconfigurações dos impérios coloniais e dos regimes autoritários. A organização do pessoal eclesiástico e a gestão de recursos religiosos são os tópicos que conduzem à problematização das esferas de atuação do Estado e das instituições religiosas e dos processos de construção dos respetivos espaços de autonomia.

Na Holanda, a consolidação do regime de Salazar foi observada, não apenas pelos círculos fascistas, mas também por algumas elites católicas e protestantes como um possível modelo para a crise interna dos anos 1930 e para a construção na sequência da ocupação nazi durante a II Guerra Mundial. Tom-Eric Krijger regista o interesse pelo sistema corporativo como fórmula para a reconstrução da ordem social e económica. O interesse pelos princípios estruturantes do Estado Novo é acompanhado pela respetiva divulgação. Com base na matriz do salazarismo, dirigentes políticos católicos ensaiaram a formulação de uma terceira via entre a democracia liberal e o totalitarismo nazi, com o último a encarregar-se de lhe pôr cobro. Mas também entre os protestantes, tanto à direita como à esquerda do espetro político, a organização política, social e económica implementada por Salazar foi vista como modelar. A autoridade e o nacionalismo orgânico suscitaram admiração.

Levada a efeito por um funcionário diplomático, a publicação de um vasto trabalho de recolha, organização e sistematização de fontes é pretexto para uma incursão sobre o impacto e as apropriações do conhecimento e da ciência, em geral, e do labor historiográfico, em particular. Henrique Manuel Pereira e Sandra Vale problematizam a figura do Mons. José de Castro e as repercussões de uma das suas obras mais emblemáticas, cuja difusão se inscreve num contexto político onde se cruzam diferentes dimensões. Por um lado, as comemorações nacionalistas que o Estado Novo empreendeu em 1940. Por outro e no mesmo ano, a assinatura da Concordata e do Acordo Missionário entre o Estado português e a Santa Sé. Com a

Europa em estado de guerra, a consolidação do regime autoritário de Salazar culminava na sua exposição internacional, com a dupla memória da fundação da nacionalidade e da independência externa, e com a regularização das relações diplomáticas com a Santa Sé. Pela receção da obra de Mons. José de Castro nos círculos eclesiais, diplomáticos e políticos perpassam elementos de legitimação de um Estado e da constituição de um regime político e de um modelo de organização social.

Como objeto de estudo, o grupo português dos Cristãos pelo Socialismo é uma via privilegiada para discutir a heterogeneidade do universo católico português. Em pleno processo de rutura com o autoritarismo e de transição para a democracia, pós-1974, um pequeno grupo, em dimensão, expressão e duração, permite problematizar a articulação entre fé religiosa e atividade política. A importação de um movimento em contexto revolucionário assenta no desfazamento que as respostas institucionais significaram num restrito segmento da classe média urbana, herdeiro da cultura política dos católicos progressistas da década anterior. Para Pedro Silva Rei, os objetivos e a matriz intelectual deste grupo mostram a capacidade de recomposição das identidades religiosas em ambiente secular e democrático. Neste sentido, os pressupostos da crença cristã não apenas condicionam o exercício da cidadania e o compromisso político como são igualmente condicionados por estes últimos.

Da leitura do presente dossiê resulta um percurso por temas como a concorrência e o conflito entre grupos sociais, instituições e ideários, a par da emergência de novas sociabilidades e a reivindicação de espaços de autonomia e de liberdade de atuação. Mas também abrange temas como os debates em torno da autoridade, da reconstrução de identidades e dos seus processos de reconfiguração. No fundo, tópicos decisivos nos programas da modernidade, assim como na diversidade nas ordens simbólica e religiosa e nos respetivos processos de legitimação.